

Entre “aringas” e “quilombos”: experiências e comunidades de trabalhadores no norte de Moçambique no século XIX

Between “aringas” and “quilombos”: experiences and communities
of workers in northern Mozambique in the 19th century

Regiane Augusto de Mattos*

Resumo: Ao longo do século XIX, é possível observar, no norte de Moçambique (atual província de Nampula), o surgimento de novas configurações sociais e políticas compostas originalmente por africanos escravizados fugidos e libertos, denominadas nas fontes portuguesas de “aringas” e “quilombos”. O objetivo deste artigo é explorar como as experiências de trabalhadores e as múltiplas formas de organização do trabalho influenciaram a formação dessas comunidades. Num primeiro momento, apresentei duas povoações – Missanga e Ampapa – e a sua relação com as formas de trabalho marcadas pelo sistema escravista europeu e com as dinâmicas locais africanas, como os processos de migração e o comércio de longa distância. Num segundo momento, analisei a formação de uma terceira comunidade – “aringa de Farelay” – e a sua ligação com as novas formas de relações de trabalho advindas da implementação do colonialismo europeu. Por fim, discuti o uso dos termos “aringas” e “quilombos” para identificar essas comunidades e possíveis aproximações entre os sentidos dados a essas experiências de trabalhadores no norte de Moçambique e em outros espaços geográficos.

Palavras-chave: trabalhadores africanos; Moçambique; colonialismo.

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Docente do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Grupo de Estudos de História da África (GEHA-PUC-RIO). E-mail: regianemattos@puc-rio.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3169-1978>. Este artigo é resultado da pesquisa financiada pela Bolsa de Produtividade de Pesquisa do CNPq. A autora agradece aos integrantes do GEHA pelas discussões e contribuições a respeito do tema do artigo.

Abstract: Throughout the 19th century, it is possible to observe, in northern Mozambique (current Nampula province), the emergence of new social and political configurations, originally composed by runaways enslaved and freed Africans (*libertos*) and so-called at the Portuguese sources as “*quilombos*” and “*aringas*”. The objective of this article is to explore how the experiences of workers and the multiple forms of work organization existing in this context influenced the formation of these communities. Initially, I presented two communities – Missanga and Ampapa – and their relationship with the forms of work marked by the European slavery system and with local African dynamics, such as processes of the migration and of the long-distance trade. Secondly, I analyzed the formation of a third community – “*aringa de Farelay*” – and its connection with the new forms of labor relations resulting from the implementation of European colonialism. Finally, I discussed the use of the terms “*aringas*” and “*quilombos*” to identify these communities and possible approximations between the meanings given to these experiences of workers in the northern Mozambique and in the others geographic spaces.

Keywords: *African works; Mozambique; colonialism.*

OBJETIVO DESTES ARTIGO é explorar como as experiências de trabalhadores e as múltiplas formas de organização do trabalho existentes no norte de Moçambique (atual província de Nampula) influenciaram a formação de comunidades, nomeadas nas fontes de “*aringas*” e “*quilombos*”, no século XIX. Num primeiro momento, apresentarei duas povoações compostas originalmente por escravizados fugidos, ou “*de ganho*”, e libertos denominadas Missanga e Ampapa, e a relação com as formas de trabalho marcadas pelo sistema escravista europeu e com as dinâmicas locais africanas, como os processos de migração e o comércio de longa distância. Num segundo momento, mostrarei a formação de uma terceira comunidade conhecida como a “*aringa de Farelay*” e a sua ligação com novas formas de relações de trabalho advindas da implementação do colonialismo europeu.

E, por fim, problematizarei a utilização dos termos “*aringas*” e “*quilombos*” para identificar essas comunidades e tecerei aproximações entre os sentidos dados às experiências de trabalhadores dessas três comunidades de Moçambique e as encontradas em outros espaços geográficos, como os quilombos no Brasil. Nesse eixo de análise, influenciada principalmente pela historiografia brasileira sobre resistência escrava, associarei a ideia de “*cultura política*” ao sentido comum dado à formação dessas comunidades. “*Cultura política*” aqui entendida como uma forma de organização, inclusão social e proteção de indivíduos ou grupos que estariam à margem da sociedade colonial, por serem trabalhadores escravizados ou “*de ganho*” e libertos, ou das linhagens africanas mais antigas no território estudado.

Missanga e Ampapa: relações de trabalho num sistema escravista europeu e dinâmicas sociais africanas

O NORTE DE MOÇAMBIQUE, atual província de Nampula, fazia parte das redes internacionais de comércio do oceano Índico desde pelo menos o século XIII. Era igualmente ponto de encontro das caravanas comerciais que chegavam do interior africano. No litoral existiam as organizações políticas muçulmanas, conhecidas como sultanatos e xeicados – Angoche, Sancul, Sangage e Quitangonha. Já no interior dessa região, era possível encontrar outros grupos sociais, como macuas e namarrais. Os estrangeiros, em sua maioria, eram goeses cristãos; baneanes (comerciantes hindus, sobretudo, de Guzarate); mouros (muçulmanos indianos ou omanitas); mujojos (comerciantes suaílis originários das ilhas de Zanzibar, Madagascar e Comores), muzungos (proprietários de terras mestiços de origem portuguesa ou indiana), além de portugueses, ingleses e franceses.¹

Em finais do século XVIII, ocorreu um aumento expressivo do tráfico de escravizados em Moçambique, a partir da política colonial implementada pelo Marquês de Pombal. Essa política tornou os portos de Moçambique os maiores fornecedores de mão de obra escravizada. Nesse contexto, só para as Américas foram embarcados cerca 5.400 escravizados por ano. Já no século XIX, os embarques aumentaram consideravelmente. Na primeira década chegaram a dez mil escravizados e nos últimos 20 anos somaram-se 200 mil pessoas exportadas.²

O tráfico de cativos também seguia em direção ao Índico. Na primeira metade do século XIX, aproximadamente 251 mil escravizados foram embarcados para as ilhas Mascarenhas (Maurício e Reunião), e empregados principalmente na produção de açúcar. Madagascar, Comores e Seycheles também receberam mão de obra escravizada de Moçambique. No total, a estimativa de exportações para o Índico, entre os séculos XVIII e XIX, é de aproximadamente 500 mil pessoas, sendo a região norte a maior exportadora.³ E a Ilha de Moçambique se configurou o principal porto de embarque da região,⁴ como é possível ver em detalhes na tabela a seguir.

- 1 HAFKIN, Nancy. **Trade, society and politics in Northern Mozambique, c.1753-1913**, Ph.D. Dissertation, Boston University Graduate School, Boston, 1973. ANTUNES, Luis Frederico Dias. **O bazar e a fortaleza em Moçambique**. A comunidade baneane do Guzarate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810). 2001. Tese (Doutorado) – FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001. Idem. O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique (séc. XVIII). **Dimensões**, n. 19, p. 207-220, 2007. MATTOS, Regiane A. de. Entre suaílis e macuas, mujojos e muzungos: o norte de Moçambique como complexo de interconexões. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 44(3), p. 457-469, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.3.29334>.
- 2 LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África**. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 109, 234.
- 3 CAPELA, José; MEDEIROS, Eduardo. **O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902**. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- 4 ROCHA, Aurélio. Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil no século XIX (Tráfico de escravos e relações políticas e culturais). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, p. 200-204, dez. 1991.

Tabela 1 – Número de escravos exportados em Moçambique entre 1836-1841

Ano	Quelimane	Ilha de Moçambique	Total de portos menores
1836	1.700	4.400	6.100
1837	4.300	10.600	15.000
1838	2.100	5.400	7.500
1839	4.900	12.200	17.100
1840	3.500	8.300	11.800
1841/2	2.000	5.400	7.400

Fonte: Liesegang, Gerhard. A First Look at the Import and Export trade of Mozambique, 1800-1914. In: LIESEGANG, G.; PASCH, H.; JONES, A. (ed.). **Figuring african trade: proceedings of the Symposium on the qualification and structure of the import and export and long distance trade in Africa 1800-1913.** Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1986. p. 464.

Entretanto, nem todos os escravizados eram traficados pelo Atlântico ou pelo Índico. Uma parte considerável era empregada localmente. Da mesma forma que outras cidades coloniais, a Ilha de Moçambique tinha uma população de colonos envolvidos com diferentes atividades econômicas e que empregavam mão de obra escravizada.

Em 1822, contabilizava-se de cinco a seis mil escravizados e 800 “cafres⁵ forros” numa população de 8.500 a nove mil indivíduos da Ilha de Moçambique e das Terras Firmes (Cabaceiras e Mossuril).⁶ Já em 1859, de acordo com o *Almanaque Civil Eclesiástico*, existiam só na Ilha de Moçambique 2.233 escravizados do sexo masculino e 1.032 do sexo feminino, totalizando 3.265 escravizados numa população de 4.522 indivíduos.⁷

Ao longo do século XIX, é possível observar no norte de Moçambique (atual província de Nampula) o surgimento de novas configurações sociais e políticas formadas por um contingente de trabalhadores escravizados e libertos. Uma delas se localizava, desde o início do século XIX, na parte sul da Ilha de Moçambique, no espaço de uma antiga pedreira, onde atualmente se localizam os bairros populares da chamada Cidade Macuti. A pedra coralina retirada dessa pedreira por trabalhadores escravizados foi utilizada para a edificação das casas na “Cidade de Pedra” ou a “cidade colonial”, como era chamada a parte norte, onde ficavam as casas das autoridades ligadas ao governo português e de comerciantes e suas “casas comerciais”. Nessa área se localizavam igualmente a Fortaleza de São Sebastião, a Alfândega, além de outros edifícios ligados ao governo colonial e à Igreja Católica.

Nesse período, uma série de posturas camarárias regulamentaram a ocupação do espaço público da Ilha, estabelecendo, por exemplo, características das construções

5 Cafre é um termo derivado do árabe *kafi-r*, cujo significado é “não crente”, “infel” ou seja, não muçulmano. Por volta do século XVI, passou a ser utilizado para se referir a qualquer indivíduo negro africano.

6 Memória Chorográfica de Frei Bastolomeu dos Mártires, 1822 apud **Ilha de Moçambique. Relatório-Report** (Livro Azul). 1982-85. Secretaria de Estado da Cultura, Moçambique/Dinamarca, 1985. p. 17.

7 GAMA, José Vicente. *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-administrativo da Província de Moçambique, 1859* apud **Ilha de Moçambique. Relatório-Report** (Livro Azul). 1982-85. Secretaria de Estado da Cultura, Moçambique/Dinamarca, 1985. p. 17.

(altura, reboco das paredes, cores, condições higiênicas etc.) da Cidade de Pedra. Também proibiram a construção de habitações por escravizados e forros nessa parte da Ilha, a não ser que fosse no terreno do seu senhor. Então, a partir desse momento, aqueles passaram a habitar o espaço da antiga pedreira, a quem se juntaram mais tarde alguns trabalhadores livres domésticos e rendeiros vindos da parte continental. Há indícios também de que abrigavam escravizados fugidos e toda gente que não se inseria no sistema colonial ou nas sociedades linhageiras africanas do interior. Essa região da Ilha era chamada de Missanga ou a “cidade negra”.⁸

Em 1841, o governador-geral de Moçambique Pereira Marinho escrevia para o Conde do Bonfim, relatando que ali no buraco da pedreira havia “uma povoação de negros escravos, outros forros, chamada Missanga, que vive somente de prostituição, e de roubos, e que é a causa da mortandade horrível que todos os anos se dá nos europeus”.⁹ É possível notar, sobretudo em relatos memorialísticos das autoridades coloniais e na imprensa da época como no Boletim Oficial de Moçambique,¹⁰ a propagação de uma imagem pejorativa da Missanga, como sendo uma zona inóspita e degradada da Ilha.¹¹ Ao mesmo tempo, o poder colonial reforçava, como já mencionado, essa segregação territorial de escravizados e forros e a necessidade de controle dessa parte da população por meio das posturas camarárias.

Entretanto, os escravizados que habitavam a Missanga podiam ser “escravos de ganho” ou “de aluguel”,¹² fazendo serviços de transporte, sendo vendedores ou ainda exercendo um ofício mais qualificado como o de sapateiro, pedreiro ou barbeiro. Dessa maneira, seus senhores aumentavam as chances de obter maiores ganhos diários com os seus serviços. Esses escravizados tinham, muitas vezes, a sua própria casa, tendo que apresentar os resultados de seu trabalho ao senhor. Os escravizados das ordens religiosas também possuíam certa autonomia, pois além do serviço doméstico dentro dos conventos e igrejas, alguns poderiam ser enviados às ruas como “escravos de ganho”. Existiam

8 SOPA, António. Campos de Oliveira: jornalista e escritor moçambicano (1854-1911). **Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo, n. 4, especial, p.113-114, out. 1988.

9 **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**. Moçambique, pasta 7, n. 1, do governador-geral Pereira Marinho para o Conde do Bonfim, 21 mar. 1841.

10 A primeira edição do Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique foi publicada em 13 de maio de 1854. Publicação semanal dedicada principalmente ao comércio e interesses públicos. Foi o único jornal a circular em todo o território até 1870. ROCHA, Ilídio. **A imprensa de Moçambique**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. p. 32.

11 A esse respeito ver MATTOS, Regiane A. de; Costa Araújo, L. G.; Ali Aiúba, A. Conexões entre a Boca do Mato e a Cidade Macuti: territorialização, discurso higienista e marginalização. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 32, p. 11-54, 2022. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4044/3420>. Acesso em: 13 jun. 2024.

12 No Brasil, o emprego da mão de obra escrava no trabalho de ganho e de aluguel era muito recorrente, sobretudo nas áreas urbanas. Muitos senhores compravam escravos e não utilizavam seus serviços diretamente, colocando-os à disposição de outros por um tempo determinado e mediante o pagamento de uma quantia acertada previamente. O escravo destinado ao ganho era um outro possível sistema de trabalho que previa um acordo direto entre o proprietário e o próprio cativo, no qual este teria de cumprir o compromisso de conseguir uma determinada quantia em dinheiro diariamente ou, como era mais comum, referente a quatro dias de trabalho, sendo os dias restantes destinados ao seu próprio sustento. A esse respeito ver REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.

igualmente aqueles que eram empregados nas instituições públicas coloniais, chamados de “negros do Estado”. Em 1855, os “negros do Estado” que habitavam o terreno do extinto convento de São Domingos foram removidos para região da Missanga.¹³

Além desses estabelecimentos, era muito comum a existência de olarias e pedreiras abastecendo o mercado de produtos para a construção civil. Alguns empregavam-se nas horas vagas em atividades extrativas, como o corte de madeira e capim. Mesmo das propriedades rurais que, no caso dos moradores da Ilha de Moçambique, ficavam na parte continental (Mossuril e Cabaceiras), os escravizados acabavam se ocupando também de outras tarefas, além da produção de gêneros agrícolas, cuidando da manutenção das propriedades e dos serviços domésticos. Trabalhavam ainda no transporte desses produtos para a Ilha, onde seriam vendidos ou embarcados no comércio marítimo.

Se, por um lado, essas modalidades de trabalho permitiam aos proprietários o descomprometimento com a manutenção e o sustento da sua escravaria, diminuindo assim os seus gastos, por outro, os escravizados teriam que arranjar o seu próprio trabalho, cuidar de suas despesas e providenciar a sua própria moradia. Estabeleciam relações sociais com outros escravizados, libertos e livres pobres, criando estratégias de sobrevivência como, por exemplo, a ocupação da pedreira para habitação. Significa também considerar que tomavam decisões, como sujeitos históricos, diante da escravidão e das diferentes relações de trabalho intermediárias entre o trabalho livre e não livre, buscando caminhos alternativos, como esse da formação da comunidade da Missanga.

Nessa época, havia também outra comunidade formada por escravizados e libertos conhecida como Ampapa, localizada no continente fronteiro à Ilha de Moçambique. Na documentação portuguesa é mencionada algumas vezes como “aringa”, devido ao seu aspecto arquitetônico de uma povoação fortificada, e também como “quilombo”. Em 1870, por exemplo, o *Jornal de Moçambique* se referiu à Ampapa como um “quilombo”, uma comunidade fortificada formada por escravizados fugidos.¹⁴

Existem poucas informações sobre Ampapa, mas uma pista importante é a relação que seus habitantes mantinham com outra sociedade próxima territorialmente, conhecida como namarrais. Com o passar do tempo e por meio de relações sociais e de laços de lealdade, a população de Ampapa teria construído conexões políticas, sendo “englobadas”¹⁵ pelas novas chefias namarrais. Os namarrais teriam surgido a partir da migração das

13 SOPA, op. cit., p. 113-114.

14 *Jornal de Moçambique*, 31 dez. 1873, 5 dez. 1874 e 1 maio 1875.

15 Ao problematizar alguns conceitos comumente relacionados às sociedades africanas, como o de etnia, o antropólogo Jean-Loup Amselle ressalta a importância de se colocar o foco da análise nas relações entre as diferentes sociedades estabelecidas em diversos espaços, em detrimento da dimensão étnica. Para o autor, cada sociedade é resultado de uma rede de relações no âmbito dos espaços de troca, linguísticos, culturais, religiosos, políticos e guerreiros. Essas sociedades poderiam estar conectadas numa “cadeia de sociedades”, na qual algumas eram englobantes e outras englobadas em espaços amplos, estruturados a partir de fatores culturais, econômicos e/ou políticos. AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie*. Ethnie, tribalisme e État en Afrique. Paris: La Découverte, 1999.

populações *nguni* da região mais ao sul, nas primeiras décadas do século XIX.¹⁶ A historiadora Nancy Hafkin traz o ano de 1865 como marco do surgimento dos namarrais enquanto uma organização social estabelecida na região entre Mossuril e Moginqual.¹⁷ Já Luísa Martins defende que eles tenham se formado antes disso, considerando o contexto da “diáspora *nguni*” num período um pouco anterior. Para essa autora, os namarrais se configuraram como um “novo Estado”, diferentemente de uma “chefatura tradicional”, cujos líderes utilizavam o título de *Mocuto-muno*.¹⁸

Os namarrais seriam antigos chefes das caravanas do comércio de longa distância de produtos agrícolas, de extração e de escravizados, que por sua vez eram fornecidos pelos chefes macuas, localizados mais no interior. Dessa forma, se tornaram intermediários comerciais entre as sociedades do interior e as do litoral, como Sancul, Angoche, Sangage e Quitangonha. A partir desse importante papel, construíram relações sociais e laços de lealdade com os chefes da costa. Com isso conseguiram se fixar e se estabeleceram como organização política na primeira metade do século XIX.¹⁹

Tanto Ampapa quanto os namarrais se constituíram num momento de grande instabilidade social por conta dos fluxos populacionais e dinâmicas sociais internas, mas também devido ao crescimento do tráfico de escravizados. Por essas razões, na tentativa de assegurar a própria existência e não sucumbir à escravidão, tornaram-se sociedades fortemente militarizadas. De acordo com Allan Isaacman, os “Estados Secundários” existentes, sobretudo na segunda metade do século XIX, combinaram o uso de armas e um sistema de fortificações defensivas objetivando constituir uma hegemonia e defender seus territórios.²⁰ Da relação com os namarrais, também pode-se supor que Ampapa tenha incorporado escravizados guerreiros (*chikunda*) da migração *nguni* contribuindo para a sua característica militarizada, o que a fez ser denominada algumas vezes como “aringa” e em outras como “quilombo”.

Como se estabeleceram num território bastante importante, na rota das caravanas comerciais que vinham do interior em direção à Ilha de Moçambique, o governo português organizou, no final do século XIX, várias expedições militares contra essas comunidades, na tentativa de obter o controle desse território e, conseqüentemente, do comércio. Fizeram isso com a justificativa de que seus habitantes estavam escravizando e assassinando pessoas das “Terras Firmes”, sede do governo português no continente fronteiriço à Ilha de Moçambique. Entretanto, outras fontes revelam razões diferentes para isso. O governador-

16 A migração das populações *ngunis* é tratada em SERRA, Carlos. **História de Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História e Tempo Editorial, 1982. NEWITT, Mallyn, **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997. SANTOS, Gabriela A. **Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. São Paulo: Alameda, 2010.

17 HAFKIN, op. cit., p. 365.

18 MARTINS, Luisa F. G. **Namarrais do antigo distrito de Moçambique**. Percursos identitários e resistências (1857-1913). 2010. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora, 2010.

19 MARTINS, op. cit., p. 490.

20 ISAACMAN, Allan. F. **A tradição de resistência em Moçambique**. O vale do Zambeze, 1850-1921, Porto: Edições Afrontamento, 1979. p. 62.

-geral de Moçambique afirmava, por exemplo, que Selimo, um dos chefes dos namarrais, era “um verdadeiro ladrão”, que acolhia em suas terras “malfeitores fugitivos da justiça” e cobrava taxas elevadas às caravanas comerciais que passassem pelo seu território, dificultando o comércio com a Ilha de Moçambique.²¹

As tentativas do governo português, cada vez mais intensas, de controle do território, da produção e do comércio de escravizados, de produtos agrícolas e de extração, assim como a implantação de mecanismos coloniais, como as formas de trabalho compulsório e a cobranças de impostos provocavam descontentamento entre as chefias e populações locais, como veremos no exemplo a seguir da “aringa de Farelay”.²²

“Aringa” de Farelay: implementação do colonialismo europeu e novas formas de trabalho

NESSE CONTEXTO, Omar Bin Nacogo Farrahali, mais conhecido como Farelay, é apresentado nas fontes como o líder de uma “aliança de resistência” ao governo português e como sobrinho-neto dos antigos sultões de Angoche, Mussa Quanto e Ussene Ibrahimo. Foi acusado de “bloquear a vila de Parapato”, local em território continental oposto à ilha de Angoche, mais tarde denominado António Enes, onde o governo português havia construído um posto administrativo. Farelay recolhia tributos de caravanas do interior a caminho da povoação para troca de mercadorias, bem como de comerciantes indianos que ali acabaram por iniciar os seus negócios, com incentivos do governo português.²³

Farelay se instalou nos territórios dos chefes que dependiam do sultanato de Angoche, que eram precisamente locais estratégicos de passagem das caravanas comerciais.²⁴ O comandante militar português do posto de Angoche informou que ele não tinha 200 homens armados, mas podia obtê-los junto dos “chefes subordinados” que lhe forneciam os seus guerreiros.

Apesar disso, em 1890, a informação é a de que entrara na aldeia do Parapato com cerca de quatro mil homens armados. Farelay construiu um acampamento fortificado chamado

21 AHM, Códice 11-29, pages 43 and next, from the Governor General to the Minister, April 26th, 1886 apud CAPELA, op. cit., p. 90.

22 MEDEIROS, Eduardo. **As etapas da escravatura no norte de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988. p. 49-51. MBWILIZA, Joseph F. **A history of commodity production in Makuan** 1600-1900: mercantilist accumulation to imperialist domination. Dar es Salaam: University Press, 1991. p. 120. MATTOS, Regiane Augusto de. **As dimensões da resistência em Angoche**: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910). São Paulo: Alameda, 2018.

23 COUTINHO, João de Azevedo. **As duas conquistas de Angoche**. Lisboa: Pelo Império, 1935. p. 20. LUPI, Eduardo do Couto. **Angoche**. Breve memória sobre uma das capitânias-mores do distrito de Moçambique. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1907. p. 213.

24 AHM, Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, 1895, box 8-105, v. 3. “They were almost insolent these bandits — more so because they were not punished — to the point of coming to Parapato, a short distance from the governor’s residence, to impose trade conditions to allow caravans from the hinterlands go through with goods, merchandise or products”. AMORIM, Pedro F. Massano de. **Relatório sobre a ocupação de Angoche operações de campanha e mais serviços realizados**. [Lourenço Marques]: Imprensa Nacional, 1911. p. 14.

de “n’ringa” (aringa) em um ponto de passagem entre os rios M’pirigoma e Mutuguti, a aproximadamente 50 quilômetros de Parapato. Também estabeleceu pequenos postos de observação ao longo do caminho, de onde “amigos de outros tempos” lhe contavam o que estava acontecendo. A “aringa de Farelay” foi invadida em 1903 e incendiada pelo governo português, mas Farelay e a sua população já tinham abandonado o local.

Mapa 1 – Norte de Moçambique – Localização aproximada da “Aringa de Farelay”



Fonte: adaptado de ALPERS, Edward. A. **Ivory and slaves in East Central Africa**. Londres: Heinemann, 1975. p. 11.

As aringas foram encontradas no século XIX em várias partes do continente africano. Além da “aringa de Farelay”, no norte de Moçambique, existiam aringas no vale de Zambeze, no sudoeste de Inhambane e ao sul do rio Limpopo. De acordo com o trabalho de Mário Cumbe, sobre os *khokholo* dos Chopi no sul de Moçambique, no contexto político de finais do século

XIX existiram vários termos que se referiam às aringas, a depender da localidade ou das línguas locais africanas. Em suaíli eram chamadas de *boma* e em Inhambane eram utilizados os termos *muconja* e *khokholo*.²⁵

Essas fortificações feitas com paliçadas poderiam ter várias funções, como afirma o historiador Gerhard Liesegang:

Não se postula que todas estas paliçadas sejam sinais de difusão de um determinado elemento cultural. Podem até ter tido funções diferentes em sociedades diferentes. Certas sociedades de pequena escala os empregaram para se protegerem contra ataques repentinos. Aparentemente, também foram utilizados em sistemas políticos em expansão ou em estados de conquista, como por exemplo em Bárue sob Manuel António de Sousa. Os estados Ngoni, incluindo Gaza Nguni, aparentemente não usaram paliçadas como meio de defesa, provavelmente porque o seu território era tão grande que não era provável um ataque à sua principal área de assentamento.²⁶

Outro historiador, Mallyn Newitt, destaca a utilização das aringas por “estados dominados e/ou administrados por escravos no auge do processo de produção e comércio escravista”. E a respeito da sua origem, revela:

Este foi um desenvolvimento natural da tradicional aldeia de paliçada comum na área do Vale do Zambeze. As aldeias Tonga sempre foram cercadas por paliçadas para protegê-los dos animais selvagens e, em tempo de guerra, essas paliçadas foram ainda mais fortalecidas para formar uma combinação de paliçada, vala e barranco que era difícil de atacar. Existem muitas descrições de tais fortalezas fortificadas que datam das guerras do século XVII e os próprios portugueses adaptaram este estilo de construção para a defesa das suas feiras e outros estabelecimentos.²⁷

O militar e governador-geral de Moçambique João de Azevedo Coutinho descreveu uma aringa em Barué, região do Zambeze, que pode ser comparada ao desenho feito pelas autoridades portuguesas da “aringa de Farelay”, especialmente no que diz respeito à forte proteção efetuada com paliçadas. Um trecho de sua descrição diz o seguinte:

As aldeias estão sempre cercadas por uma paliçada muito grossa, forte e resistente quando constitui aringa para nela se defenderem em caso de guerra.

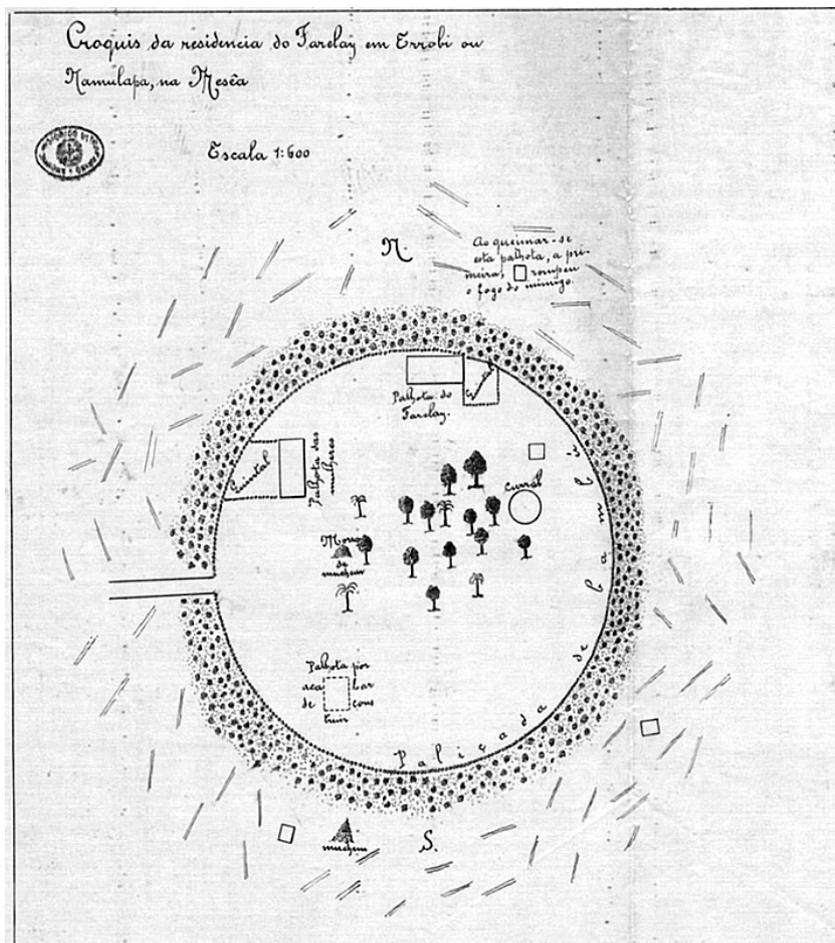
25 CUMBE, Mário José Chitaúte. **Os khokholo e a estrutura da etnia chope no século XIX**: o problema da definição de cultura de uma população. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2000.

26 “It is not postulated that all these stockades are signs of a diffusion of a certain cultural element. They may even have had different functions in different societies. Certain small scale societies employed them to protect themselves against sudden attacks. They were apparently also used by expanding polities or conquest states, as for example in Bárue under Manuel António de Sousa. The Ngoni states, including the Gaza Nguni, apparently did not use stockades as a means of defence, probably because their territory was so large that an attack to their main settlement area was not probable”. LIESEGANG, Gerhard. A Survey of the 19 century Stockades of Southern Mozambique: The khokholwene of Manjacaze área. **Memoriam António Jorge Dias**, v. 1, 1974, pp. 303-320. p. 304.

27 “This was a natural development from the traditional stockaded village common in the Zambesi valley area. Tonga villages had always been surrounded by stockades to protect them from wild animals, and in time of war these stockades had been further strengthened by earthworks to form a combination of palisade, ditch and bank that was formidably difficult to attack. There are many descriptions of such fortified strongholds dating from the wars of the seventeenth century and the Portuguese themselves adapted this style of building for the defence of their feiras and other establishments”. NEWITT, op. cit., p. 301.

Neste caso, a paliçada é formada por duas ordens de troncos enterrados no topo e espaçados entre si, na mesma ordem, cerca de um metro.²⁸

Imagem 1 – Aringa de Farelay



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), **Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar**, Direção Geral do Ultra mar, Correspondência dos Governadores, caixa 1310, pasta 28, capilha 2.

As características físicas descritas nas fontes revelam aspectos semelhantes com as fortificações encontradas em outras regiões africanas. Em geral, são aldeias circulares, cercadas por paliçadas. No seu interior estavam as casas voltadas para o centro e do lado oposto outro recinto circular que servia de curral. No seu interior também havia numerosas árvores que forneciam sombra aos seus moradores.²⁹

Newitt descreve que dentro da paliçada havia geralmente um recinto interno contendo a casa e outros edifícios do chefe, sua família e um outro para as suas esposas. “Embora a aringa sempre tenha sido associada às grandes famílias afro-portuguesas da Zambézia, as suas formas essenciais foram adotadas por importantes chefes tradicionais como os reis do Barué e pelos xeques muçulmanos da costa norte [...]”³⁰

28 COUTINHO, João de Azevedo. **Memórias de um velho marinheiro e soldado de África**. Lisboa, 1941.

29 LIESEGANG, op. cit., p. 304.

30 NEWITT, op. cit., p. 302.

No contexto, estudo desta pesquisa, as “aringas” ou “quilombos” passaram a receber trabalhadores, como agricultores, soldados, guias e carregadores, que fugiam das instituições coloniais, como as sedes do governo e postos militares portugueses. As novas formas de organização do trabalho, implementadas principalmente no final do século XIX, com a intensificação da colonização do interior de terras, contribuiu para o deslocamento desses trabalhadores, fossem escravizados, libertos ou mesmo livres, em direção aos territórios englobados pelas principais sociedades africanas, muitas delas organizadas na forma de povoações fortificadas.

A historiografia africanista tem mostrado que o trabalho escravo e outros sistemas laborais, muitas vezes análogos à escravidão, existiram ao mesmo tempo em diferentes espaços coloniais do continente africano. Frederick Cooper apresentou alguns estudos para os casos do colonialismo inglês e francês. De acordo com esse autor, este é um momento de grandes transformações nas relações de trabalho no continente africano devido, sobretudo, aos projetos coloniais europeus.³¹

Nessa mesma esteira de pensamento, mas com foco nas sociedades muçulmanas, o historiador Gwyn Campbell tratou da abolição da escravidão nas sociedades do oceano Índico, analisando o significado da escravidão e da sua abolição em estudos de caso da África do Sul, das ilhas Maurícias e de Madagascar, além da Arábia, Golfo Pérsico e Índia.³² Já para as relações de trabalho nas colônias alemãs, são importantes as pesquisas apresentadas por Jan-George Deutsch, que examinam a complexa história da escravidão na África Oriental sob o domínio colonial alemão e enfatizam o papel desempenhado pelos escravizados no processo de emancipação.³³

Mais recentemente, Silvio Correa também demonstrou a coexistência de diversas formas de trabalho nas colônias alemãs, desde o escravo, passando pelo trabalho a jornal, trabalho penal, contratado, até os trabalhos públicos como forma de pagamento de impostos. Poderiam ser remunerados ou não. O autor também analisou como as populações eram controladas por meio das relações de trabalho. Em resumo, Silvio Correa mostrou as contradições e ambiguidades do colonialismo alemão em torno da questão do trabalho na África Oriental, e revelou serem muito semelhantes às das colônias portuguesas, francesas e britânicas.³⁴

Em todas elas, os colonizadores tentaram impor o modelo de sociedade do trabalho. Para isso, instituíram um sistema tributário e coercitivo para impelir os africanos a trabalhar sob e para o colonialismo. Cabe lembrar que a ideia

31 COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. Imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África. In: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. **Além da escravidão**. Investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

32 CAMPBELL, Gwyn (dir.). **The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia**. London: 2004.

33 DEUTSCH, Jan-Georg. **Emancipation without abolition in German East Africa, c.1884-1914**. Athens: Ohio University Press, 2006. DEUTSCH, Jan-Georg. La resistencia de los esclavos bajo el colonialismo alemán en el África Oriental. In: ABBINK, Jon; BRUIJN, Mirjam; WALRAVEN, Klass van (ed.). **A propósito de resistir**. Repensar la insurgencia en África. Barcelona: Oozebap, 2008. p. 245-268.

34 CORREA, Silvio M. A escravidão na África Oriental alemã (1885-1914). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 53-73, jul./dez. 2015.

da tributação colonial respondia, em parte, à constatação dos colonizadores de que os salários (quando era o caso) não eram suficientes para estimular os trabalhadores. A baixa produtividade, a falta e a evasão ou a inadimplência dos trabalhadores eram, geralmente, motivos de penalidades, inclusive castigos físicos.³⁵

No caso específico de Moçambique, Jean Marie Penvenne, em livro clássico sobre o tema, faz uma história social dos trabalhadores negros ao longo de quase um século (1877-1962) no espaço urbano de Maputo. Por meio de fontes escritas e entrevistas, algumas realizadas ainda na década de 1970, analisou a vida cotidiana de luta dos trabalhadores diante da violência e opressão colonial, sobretudo do trabalho forçado.³⁶

Assim como Penvenne, Valdemir Zamparoni analisou os diferentes mecanismos de exploração do trabalho utilizados durante a colonização portuguesa no sul de Moçambique entre 1890 e 1940. O historiador revelou como as transformações podem ser notadas a partir da legislação que regulamentava a condição social dos trabalhadores e as relações de trabalho. Em 1858, foi promulgada em Portugal a lei que abolia a escravidão nas possessões africanas com o prazo de 20 anos para a sua total implementação. Onze anos depois, o estatuto de liberto formalizou a condição de ex-escravizado. Em 1875, com a intenção de normatizar o recrutamento de trabalhadores, uma lei instituiu o fim do estatuto e estabeleceu regras para a realização de contratos de trabalho. Em 1878, foi criado o “Regulamento para os Contratados de Serviçães e Colonos nas Províncias da África Portuguesa”, permitindo a contratação de ex-escravizados não apenas pelo seu antigo senhor e determinar algumas regras contratuais, como multa ou prisão no caso de rompimento ou mudança de trabalho. E em 1899, foi publicado o novo Código de Trabalho, trazendo em sua essência a ideia da obrigatoriedade moral do trabalho associada à civilização dos africanos via colonização.³⁷

É preciso destacar que esses dois trabalhos promovem uma análise importante, mas específica sobre as experiências de trabalhadores no contexto colonial português na região sul de Moçambique, e que são diferentes daquelas da região norte (atual província de Nampula), predominantemente rural, ou como no caso da Ilha de Moçambique, um porto comercial, focos deste artigo.

Nesse sentido, a pesquisa de Edward Alper e Daniel Domingues sobre os registros de escravos e libertos em Moçambique nos interessa mais diretamente, pois trata da região norte, com destaque para a província de Cabo Delgado e a Ilha de Moçambique, entre 1856 e 1876, e contribui para o entendimento da escravidão colonial em oposição ao tráfico de escravizados, assim como o processo de abolição no final do século XIX. Além disso, os

35 Idem, p. 56.

36 PENVENNE, Jeanne-Marie. **African Workers and Colonial Racism**. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962. Portsmouth (NH): Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Oxford: James Currey, 1995.

37 ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro**. Colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: Edufba, 2007. p. 49.

autores promovem uma discussão importante, tentando perceber, apesar das limitações dadas pelas fontes oficiais portuguesas, o que aconteceu com os libertos após a prática do registro e se de fato tornar-se liberto implicava obter a “liberdade”.³⁸

Durante esse período o governo português passou a exigir, por meio de decreto, que os proprietários de escravizados os registrassem, sob a pena de perder o direito de propriedade como libertos. E aqueles que entrassem em “territórios portugueses” seriam também assim registrados, sendo colocados sob custódia e forçados a trabalhar para esses novos senhores durante 10 anos.³⁹ Em seguida, uma lei promulgou que os filhos de mães escravizadas e os escravizados pertencentes à Igreja Católica fossem libertados. Também houve a determinação de que todos os escravizados se tornassem libertos e que os vínculos de trabalho dos libertos com seus senhores terminassem até a data de 29 abril de 1878.⁴⁰

Para os autores, a prática de registrar escravizados e libertos foi uma estratégia da Coroa Portuguesa para manter de alguma forma o sistema colonial vigente, expandindo a sua autoridade e, ao mesmo tempo, diante das pressões pró-abolição sinalizar um movimento de transformação da utilização da força trabalhadora africana internamente e através da migração laboral gerida pelo Estado. “Para os homens e mulheres africanos afetados tanto pela sua escravização como pelo seu estatuto de libertos, muito pouco havia mudado”.⁴¹

Nesse sentido, é emblemática a citação do cônsul Britânico J. Frederic Elton quando esteve na ilha de Moçambique em 1875:

Todos os proprietários do continente possuem libertos e escravos. A disciplina escrava ainda é praticada. As punições dos escravos não são interrompidas, como trabalhar com uma tora pesada presa à perna por uma corrente. Os escravos são libertados para trabalhar por conta de outrem – são emprestados a casas comerciais estrangeiras por um preço considerável e se denominados libertos ou escravos se enquadram na interpretação inglesa da palavra escravo. Pois no caso do liberto o equivalente ao seu trabalho nunca é recebido por ele – ele não está na posição de um homem contratado por um período determinado para determinado trabalho. Ele pode ser colocado para trabalhar para qualquer pessoa que seu patrão decida contratá-lo, nos termos que seu patrão escolher.⁴² (tradução minha).

Há também informações sobre os libertos em Moçambique nos relatórios de encarceramento na Ilha de Moçambique, realizados pela Administração do Conselho da Ilha. De acordo com essas fontes documentais, os libertos eram presos com mais frequência do que africanos

38 DOMINGUES DA SILVA, D. B.; ALPERS, E. A. Abolition and the Registration of Slaves and Libertos in Portuguese Mozambique, 1856-76. *The Journal of African History*, Cambridge, n. 62(3), p. 377, 2021.

39 Ibidem, p. 379.

40 Ibidem, p. 388.

41 Ibidem, p. 392.

42 “All the property owners on the mainland hold libertos and slaves. Slave discipline is still carried on. Slave punishments are not discontinued, such as working with a heavy log attached to the leg by a chain. Slaves are let out to work for hire — are lent to foreign commercial houses for a consideration and whether termed libertos or slaves fall under the English interpretation of the word slave. For in the case of the liberto the equivalent of his labour is never received by him — he is not in the position of a man engaged for a term for certain work. He can be put to work for any person whom his master chooses to hire him, on the terms his master chooses to agree to.” Ibidem, p. 389.

livres, outros residentes da ilha, degredados ou marinheiros visitantes.⁴³ As prisões demonstram que os castigos corporais que antes eram realizados pelos antigos senhores agora seriam da responsabilidade da administração colonial, havendo a informação de que alguns senhores passaram a enviá-los à prisão somente para a punição física. Os libertos eram enquadrados, nos chamados “Relatórios Policiais”, em crimes como “roubo, conduta desordeira, perturbação pública, vadiagem e ausência”, que nos remetem às leis contra a vadiagem em outras sociedades pós-escravidão.⁴⁴

Do ponto de vista dos agentes sociais envolvidos na nova legislação colonial portuguesa, Alpers e Domingues afirmam que os proprietários de escravizados relutavam em fazer os registros, alegando, principalmente, não terem condições de pagar o valor exigido para isso. Já com relação aos libertos, notaram que grande parte destes não usufruíram da condição de “liberdade”, pois não lhes eram garantidas possibilidades de exercê-la totalmente e ainda estavam em dívida com seus senhores ou com o governo colonial. A única estratégia notada foi a partir das listas publicadas nos anos 1871-72, nas quais os libertos foram registrados como fugitivos ou falecidos. De acordo com os autores:

O número total de fugitivos nomeados listados nestes avisos oficiais era de 239. O local para onde essas pessoas poderiam ter fugido não é indicado em nenhum lugar, então só podemos presumir que eles encontraram algum tipo de refúgio entre os africanos vizinhos que viviam um pouco fora do alcance da autoridade portuguesa efetiva.⁴⁵

De fato, no caso da Ilha de Moçambique e seu *hinterland* e da região de Angoche, a partir da investigação que realizei utilizando outras fontes, identifiquei que os escravizados ou libertos fugidos constituíram e se abrigaram nas comunidades como Missanga, Ampapa e a “aringa de Farelay”.

Para além das transformações legais do *status* de escravizados e de libertos a partir da legislação colonial portuguesa, já notadas pela historiografia, a pesquisa possibilitou perceber que nessa região ocorreram muitas mudanças econômicas, como o crescimento da demanda, sobretudo por produtos de origem vegetal, como as oleaginosas. A mão de obra trabalhadora passou a ser mais empregada na produção local, reduzindo a exportação de escravizados. Ademais, mesmo com a abolição da escravidão, em 1875, na legislação colonial portuguesa, as chefias africanas continuavam utilizando internamente escravizados domésticos (ou de linhagem)⁴⁶ na produção agrícola, na extração de matérias-primas e no transporte das mercadorias.⁴⁷

43 Ibidem, p. 390.

44 Ibidem, p. 390.

45 “The total number of named runaways listed in these official notices was 239. Where these persons may have escaped to is nowhere indicated, so we can only assume that they found refuge of some sort among neighboring Africans who lived just beyond the reach of effective Portuguese authority.” Ibidem, p. 390.

46 A respeito do conceito de escravidão nas sociedades africanas e a complexa situação dos escravizados e suas posições sociais, políticas e econômicas, são importantes os trabalhos de COOPER, Frederick. The problem of the slavery in African Studies. **Journal of African History**, Cambridge, v. 20, n. 1, p. 103-125, 1979. DEUTSCH, op. cit., p. 245-268.

47 MEDEIROS, op. cit., 1988, p. 49-51.

Notam-se igualmente as diferentes estratégias construídas por trabalhadores diante dos mecanismos coloniais que incluíam formas de exploração do trabalho recrutado pelas autoridades do governo português. No conjunto dos mecanismos coloniais, inseria-se a cobrança de vários impostos. Havia o “mussoco”, que era sobre o trabalho. Outro imposto, o “da palhota”, incidia sobre as habitações, conforme o número de cômodos. Havia também o “imposto pessoal”, cobrado de todos os colonos europeus do sexo masculino e o “imposto indígena” sobre capitação que também incorria somente sobre os homens africanos. Em 1890, foi publicado um decreto instituindo o “trabalho rural obrigatório”. Desse modo, metade do “mussoco” seria cobrado na forma de trabalho e a outra metade em produtos agrícolas ou em dinheiro.⁴⁸

Já nesse momento, as fontes documentais relativas ao norte de Moçambique começam a revelar o descontentamento da população local sobre a cobrança desses impostos coloniais. Em 1896, o comandante militar de Natule comunicava ao capitão-mor das Terras Firmes que a “rainha” Naguema, dos namarrais, ao ser informada sobre a cobrança desses impostos, sustentou que sempre cumprira as determinações do governo, porém neste caso, não poderia fazê-lo, porque seu povo era muito pobre e encontraria dificuldade para isso.⁴⁹ Por sua vez, o chefe de Itoculo, Morrua-muno, questionou a cobrança do “imposto da palhota”, alegando que o governo português não podia cobrá-lo porque a sua população já estava trabalhando para o governo na guerra contra os namarrais.⁵⁰

Com a cobrança do “imposto da palhota” e a instituição da produção e do comércio de gêneros agrícolas a partir da década de 1890, a captura de indivíduos transformados em escravos e destinados à exportação foi reduzida. A força de trabalho passou a ser empregada pelos chefes das linhagens do interior na produção local, utilizando-se “escravos domésticos”. A procura por produtos de origem vegetal, como as oleaginosas, promoveu transformações importantes na economia e na política das sociedades do norte de Moçambique. Comerciantes de origem indiana abriram lojas de comércio no interior próximo da Ilha de Moçambique, para onde se dirigiam os produtores locais oferecendo amendoim, gergelim, coco, oleaginosas, marfim, urzela, borracha, cera, enxadas e outros objetos em ferro. Em troca recebiam tecidos, sal, armas e pólvora. Apesar da abolição do trabalho escravo ter sido instituída em 1875, as chefias africanas continuavam a empregar também a mão de obra escravizada na produção, no transporte das mercadorias, na caça para atender à nova demanda econômica, voltada para a produção agrícola e extração de bens vegetais.⁵¹

48 Ibidem, p. 54.

49 Correspondência do comandante militar de Natule ao capitão-mor das Terras Firmes. Natule, 16 de maio de 1896. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1854, 1863-97, caixa 8-13, maço 4.

50 Correspondência do comandante militar de Itoculo ao capitão-mor das Terras Firmes. Moecate, 13 de julho de 1897. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1854, 1863-97, caixa 8-13, maço 4.

51 MEDEIROS, Eduardo, op. cit., 1988, p. 49-51.

Existem vários relatos também de incidentes causados por soldados africanos, integrantes das forças militares portuguesas, que configuram ações contra a política colonialista. Além das costumeiras deserções, ocorreram alguns episódios de abandono das forças em plena ação militar. Em 1884, quando da guerra contra os namarrais, após o capitão-mor das “Terras Firmes” ordenar o ataque ao “quilombo de Ampapa”, mais de 400 soldados armados “dividiram-se em grupos e assentaram-se debaixo do alvoredo!”. Com isso a tropa não conseguiu realizar o ataque, tendo que voltar para o acampamento.⁵²

Outros trabalhadores eram solicitados às chefias africanas e recrutados para as funções de guias e carregadores na abertura de estradas, na construção de postos coloniais no interior e, até mesmo, nas campanhas militares portuguesas. Inúmeros relatos mostram que essas relações de trabalho eram extremamente desiguais e, muitas vezes, violentas. Os trabalhadores reclamavam de não receberem os salários e sofrerem punições, maus-tratos e até serem presos, fazendo com que a situação do trabalhador livre contratado fosse muito semelhante à do escravizado, acarretando fugas e sabotagens às ações das autoridades portuguesas.⁵³

Quase no final do século XIX, o capitão-mor de Angoche contava em correspondência para o chefe da Repartição Militar de Moçambique que há um ano um soldado desertara do regimento português e se refugiara nas terras do sultão Ibrahim.⁵⁴ O capitão-mor Antonio Magalhães revelou que esse era um dos inúmeros casos de desertores que passaram a viver em Angoche, afirmando que “outros vadios lá estão vivendo sob a sua proteção, fugidos d’aqui, sem que ele pense em enviá-los à autoridade”.⁵⁵ Os soldados que desertavam se dirigiam para esses territórios, sendo incorporados ao seu grupo de guerreiros, contribuindo ainda mais para a militarização dessas formações políticas. Desertavam por receberem baixos salários, sofrerem violências ou condições de sobrevivência muito precárias, o que tornava difícil a arregimentação nas tropas coloniais portuguesas, explicando as deserções, as sabotagens e as fugas.⁵⁶

Ainda durante a guerra contra os namarrais, os guias africanos utilizados na campanha militar foram acusados de levarem as tropas portuguesas para uma região com

52 Correspondência do capitão-mor de Mossuril ao secretário-geral do governo de Moçambique. Mossuril, 9 de dezembro de 1884. AHM, Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, 1884, caixa 8-147, maço 2.

53 Correspondência do comandante militar do Moginqual Antonio Diniz Ayalla ao secretário-geral do Governo-Geral. Moginqual, 1 de novembro de 1892. Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do século XIX, Governo-Geral de Moçambique, caixa 8-151, maço 1, 1892.

54 Correspondência do sultão Ibrahim de Angoche ao capitão-mor de Angoche, 8 de fevereiro de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1899, caixa 8-8. Segue carta do capitão-mor de Angoche ao chefe da Repartição Militar de Moçambique informando sobre o ocorrido com o soldado João Domingos Fernandes, que desertou e foi acolhido pelo sultão Ibrahim, “chefe dos revoltosos de Angoche o qual não o quis entregar”. Antonio Ennes, 20 de abril de 1898. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1899, caixa 8-8.

55 Correspondência do capitão-mor de Angoche ao chefe da Secretaria Militar do Governo do Distrito de Moçambique. Antonio Ennes, 11 de fevereiro de 1899. AHM, Fundo do século XIX, Governo do Distrito de Moçambique, 1899, caixa 8-8.

56 A respeito das dificuldades de arregimentação de soldados para os exércitos coloniais portugueses, é importante o trabalho de RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaiais da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. **História: Questões e Debates**, Curitiba, Editora UFPR, n. 45, 2006.

acesso difícil e sem recursos, como água potável. O resultado foi que as tropas tiveram que bater em retirada evitando, assim, o ataque aos namarraes.⁵⁷

Para além de evidenciar as ações de resistência dos trabalhadores africanos à implementação dos mecanismos coloniais, as experiências descritas acima mostram a coexistência de diferentes modos de exploração do trabalho. Um escravizado doméstico numa sociedade africana poderia ser empregado num determinado momento nas plantações localizadas no *hinterland* da Ilha de Moçambique (Mossuril e Cabaceira), para atender à demanda europeia por novas matérias-primas. Já em outro, ser colocado “a ganho” em atividades urbanas e depois ainda ser utilizado como trabalhador recrutado pelo governo colonial português, como guia ou carregador, ou ser arregimentado como soldado nas tropas coloniais.

Essas novas experiências de trabalhadores e as múltiplas formas de organização do trabalho existentes nesse contexto ocasionadas, no final do século XIX, pela implementação do colonialismo europeu, impactaram na formação dessas novas configurações sociais e políticas. Esses trabalhadores descontentes com os diferentes mecanismos coloniais buscavam, cada vez mais frequentemente, proteção e inserção social nas comunidades Missanga, Ampapa e “aringa de Farelay”.

Aringas” e “quilombos”: sentido e conexões

PARA ALÉM DA ANÁLISE das experiências de trabalhadores que constituíram essas comunidades, é objetivo igualmente deste artigo discutir o uso dos vocábulos “aringas” e “quilombos” para identificar essas comunidades e as possíveis conexões em termos de comparação, entre essas experiências de trabalhadores e outros processos históricos enfrentados por sujeitos comuns em espaços geográficos distintos, contudo sem deixar de pontuar as diferenças entre elas.

Como já foi mencionado, as três comunidades apresentadas foram constituídas, no século XIX, por um contingente de escravizados, fugidos e/ou “de ganho”, e libertos, que organizaram, num espaço físico possível, um habitat protegido e que permitia igualmente sua inserção social, num contexto marcado pelos processos coloniais europeus e de exploração escravista. Esses processos geraram diferentes experiências por parte desses trabalhadores, que procuraram encontrar maneiras de enfrentamento e reorganização social diante da situação de escravidão e da colonização. Uma dessas maneiras foi a formação desses agrupamentos, chamados nas fontes portuguesas de “aringas” e “quilombos”.

Os termos “aringa” (ou *n’ringa* na língua emakua) e *musitu* (pl. *misitu*) eram utilizados frequentemente como sinônimo de agrupamentos fortificados formados por escravizados

57 ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho de. **A campanha contra os Namarraes**. Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1897, p. 10-11.

fugidos. Nos séculos XVII e XVIII, se referiam mais às populações de escravizados guerreiros, conhecidos por *achikunda* (sing. *chikunda*) da região dos chamados “Prazos da Coroa”, no vale do Zambeze, e que eventualmente estariam conectados socialmente às chefias africanas locais. De uma forma geral, há uma associação dessas comunidades às práticas de resistência africanas aos processos coloniais.⁵⁸

Ao longo da minha pesquisa sobre o norte de Moçambique, também foi possível encontrar referências à expressão “aringa” ou *n’ringa* com esse mesmo sentido, como se viu na primeira parte deste artigo. Já a palavra “quilombo” é menos comum, mas ainda assim me defrontei com o seu uso algumas vezes na documentação portuguesa produzida no período estudado. Por exemplo, em alguns números do *Jornal de Moçambique*, publicados na década de 1870, “quilombo” aparece ao se referirem à população fortificada formada por escravizados fugidos em Ampapa, território em frente à Ilha de Moçambique. Os escravizados refugiados ali foram qualificados pelo jornal como “bandos de salteadores”.⁵⁹

A historiografia sobre Moçambique tem promovido aproximações entre os sentidos dados aos *misitu* e “aringas” e a de “quilombos”, tal qual utilizado no Brasil. José Capela é um desses historiadores que em artigo seminal analisou como as “aringas” de Moçambique se transformaram em “quilombos”. Para esse autor, em finais do século XIX, no contexto da ocupação efetiva colonial, os portugueses se depararam, principalmente ao longo do rio Zambeze, com várias “aringas” (povoações fortificadas) formadas por *achikunda*, que sem o comando dos antigos senhores dos prazos, tornaram-se chefes de guerra e resistiam à colonização.⁶⁰

Todas estas aringas, povoações fortificadas, não eram mais do que quilombos, onde se haviam refugiado e concentrado as povoações dos antigos prazos, povoações estas feitas dos escravos e dos colonos a que estava reduzido o comum das populações. Aí se tinham acantonado pelas razões explicitadas. Os antigos achicunda, agora sipais, emprestavam a estas novas formações sociais a chefia e a organização militarizada herdada dos velhos senhorios.⁶¹

Há de se destacar que o termo “quilombo” pode ter sido empregado tanto pelos agentes da colonização quanto mais tarde pela historiografia, por ter-se consolidado no léxico gramatical da língua portuguesa como uma designação dos povoamentos de escravizados fugidos e como espaço de resistência à escravidão.

No século XVII, eram considerados mocambos ou quilombos no Brasil “dois ou mais [escravos] fugidos que tivessem ranchos e pilões”. Já no século seguinte, o Conselho Ultramarino português definia o termo como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem

58 PEREIRA, Matheus Serva. Aringa/Musitu. In: **Rebellion and resistance in the Iberian empires, 16th-19th**. Disponível em: [https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/aringamusitu-\(pt\)/](https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/aringamusitu-(pt)/). Acesso em: 25 jan. 2024.

59 **Jornal de Moçambique**, 31 dez. 1873, 5 dez. 1874 e 1 maio 1875.

60 CAPELA, José. Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 72-97, jan.-jun. 2006.

61 *Ibidem*, p. 90.

se achem pilões neles”. Esses agrupamentos foram encontrados em vários lugares. Em espaços rurais ou urbanos, seus habitantes não ficavam isolados do restante da sociedade. De outro modo, conseguiam se inserir nas dinâmicas econômicas locais, realizando principalmente contatos e trocas comerciais com outros escravizados e trabalhadores livres, como quitandeiras, pescadores, roceiros, taberneiros. Com isso, conseguiam sobreviver materialmente e resistir à repressão e à reescravização.⁶²

A historiografia já apontou que a formação de “quilombos”, com a aceção de povoação de escravizados fugidos do cativeiro, ocorreu em outros espaços geográficos que também sofreram processos de colonização e escravização, mas ganharam outras designações como *cumbes* (Venezuela), *palanques* (Colômbia), *marrons* (Jamaica, Caribe inglês e sul dos EUA), *marronage*, (Haiti), *cimarronaje* (Cuba e Porto Rico).⁶³

No caso de Moçambique, é verdade que até o momento não foi possível encontrar a expressão “quilombo” sendo empregada pela população que compunha essas comunidades, nem mesmo em alguma língua do território do atual Moçambique. Com isso, pode-se pensar até que ponto considerar o termo reduziria as experiências de formação de construções sociais e políticas em Moçambique às experiências dos quilombos existentes em outros espaços geográficos?

Por outro lado, é preciso igualmente discutir os silêncios e os limites dos documentos e dos arquivos.⁶⁴ Existe pouca ou nenhuma informação sobre como os próprios trabalhadores escravizados, fugidos ou “de ganho”, e libertos que constituíram essas comunidades se autodefiniam. O que nos chega com frequência são expressões e conceitos construídos por outros, nesse caso, pelos colonizadores portugueses que tentavam controlar ou destruir essas comunidades. Processos como a escravização e a colonização reduziram as experiências desses indivíduos, muitas vezes, somente às estatísticas. Por isso, é tão importante, a partir de pequenos fragmentos do passado, reconhecer vivências e processos que, em geral, surgem antes mesmo da enunciação pelos próprios sujeitos por meio da linguagem e da utilização de termos que os traduzem. É nesse sentido que proponho realizar algumas aproximações, promovendo um exercício de imaginação e de percepção do sentido que é dado a essas comunidades.⁶⁵

A historiografia brasileira sobre escravidão e a dimensão política das instituições dos escravizados, em particular sobre revoltas e resistências, me permite pensar a partir de abordagens que exploram formas de conexão entre as experiências africanas na África e nas

62 GOMES, Flávio S. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018. pp. 368, 372.

63 Ibidem.

64 MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. In: **Refiguring the archive**. Dordrecht: Springer, 2002. p. 19-27.

65 Idem. Ver também a análise proposta por Hartman por meio do método de “fabulação crítica”, no qual a pesquisa histórica rigorosa se une à imaginação (também baseada em fatos), preenchendo lacunas da história oficial. HARTMAN, Sadia. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2020, p. 29. Disponível em <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>, Acesso em: 30 jun. 2024.

Américas. Vejamos, por exemplo, que o historiador João José Reis destaca na definição de quilombo a condição de desenraizamento social causados por deslocamentos, forçados ou não:

O próprio termo quilombo derivaria de *ki-lombo*, uma sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu* adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), **estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades**. O termo quilombo empregado para identificar as comunidades de escravizados fugidos no Brasil seria derivado da palavra *ki-lómbò*. Esta instituição teria sido reinventada, embora não inteiramente reproduzida, pelos palmarinos [habitantes de Palmares] **para enfrentar um problema semelhante, de perda de raízes, deste lado do Atlântico**. Teria sido de fato depois de Palmares que o termo quilombo se consagrou como definição de reduto de escravo fugido. Antes se dizia mocambo.⁶⁶ (grifos meus).

Silvia Lara aponta outra característica interessante – a militarização – na definição de *kilombo* na língua quimbundo, que pode ser comparada também aos sentidos dados às “aringas” e “quilombos” do norte de Moçambique. Seria um termo utilizado pelos imbangalas para designar uma parcela que se juntava a chefias militarizadas, formando uma “sociedade iniciática guerreira, não linhageira, **dotada de forte disciplina militar**. Formavam-se assim poderosos bandos guerreiros que se deslocavam pela região ambunda; neles, a liderança era exercida **por chefes militares sem ancestrais**, cujo poder não passava para os descendentes”.⁶⁷ (grifos meus).

Ao propor conexões entre o arcabouço cultural dessas comunidades brasileiras e, principalmente, as localizadas em Angola, a autora revela que “o que estava em jogo era uma *cultura política*: uma experiência africana de integração de povos diversos e de geração de solidariedades que também pode ser empregada nas Américas”.⁶⁸ Associa essa ideia ao caso das comunidades Missanga, Ampapa e “aringa de Farelly”, ao notar no substrato das formações identificadas como “aringas” e “quilombos” uma “cultura política” que poderia ser incorporada igualmente por africanos e africanas no seu próprio continente.

Como mencionado anteriormente, a Missanga ou “cidade negra” na Ilha de Moçambique abrigava escravizados fugidos ou mesmo indivíduos livres que não se inseriam nas sociedades linhageiras africanas do interior.⁶⁹ Vimos igualmente como a Ilha de Moçambique e seu *hinterland* foram afetadas pelas transformações do tráfico de escravizados associadas às dinâmicas locais, como os processos de migração e o comércio de longa distância. O caso da comunidade Ampapa e a relação com os namarras é emblemática. Uma povoação – Ampapa – que se une a uma nova sociedade dotada de forte disciplina militar – namarras.

66 REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista da USP**: Dossiê Povo Negro, São Paulo, n. 28, p. 16, 1995-1996. Ver também MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**: Dossiê Povo Negro, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1995-1996.

67 LARA, Silvia Hunold. **Palmares e Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022. p. 218-219. Ver também: MILLER, Joseph C. **Poder político e parentesco**. Os antigos estados mbundu de Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

68 Ibidem, p. 131.

69 SOPA, op. cit., 1988, p. 113-114.

Como afirma Joseph Mbwiliza, a partir da década de 1850 surgiu uma nova geração de líderes militarizados entre as populações do norte de Moçambique, em grande medida em razão dos movimentos populacionais e de conflitos. Novos chefes de novas linhagens também deixaram seus territórios controlados por linhagens mais antigas em busca de autonomia e privilégios trazidos pelo comércio de longa distância.⁷⁰

Ao empregar no artigo “aringas” e “quilombos”, faço-o entre aspas para pontuar que são termos encontrados na documentação, mas também me aproprio deles, sobretudo no que se refere ao sentido dado a essas comunidades pelos próprios sujeitos que as formaram. Sentido esse de uma “cultura política” de organização, proteção e inclusão social de indivíduos ou grupos que estariam à margem da sociedade colonial, por serem trabalhadores escravizados ou “de ganho” e libertos, ou mesmo por estarem fora das linhagens africanas mais antigas presentes nesse território devido aos processos de migração e/ou de participação nas redes comerciais de longa distância. “Cultura política” que circulava a partir dessas experiências de deslocamentos e que podiam ser acionados em contextos diversos, seja diante das dinâmicas locais ou das transformações das relações de trabalho em contextos da exploração escravista e da implementação do colonialismo europeu. “Um modo de criar sociedades e de organizá-las certamente pode acompanhar os homens e mulheres [...]”,⁷¹ seja na diáspora africana para as Américas ou no próprio continente africano, como nos casos do norte de Moçambique, analisados neste artigo.

* * *

Assim, foi objetivo deste artigo compreender as experiências de trabalhadores do norte de Moçambique, sobretudo na Ilha e seu *hinterland* e na região de Angoche, e sua participação no surgimento de novas configurações sociais e políticas, denominadas na documentação portuguesa como “aringas” e “quilombos”, ao longo do século XIX. Identificamos duas comunidades – Missanga e Ampapa –, formadas originalmente por trabalhadores escravizados, “de ganho” e libertos, e que, portanto, estavam relacionadas ao sistema escravista colonial português. Mas também surgiram em relação às dinâmicas locais africanas, como as migrações e o comércio de longa distância. A terceira comunidade – “aringa de Farelay” –, localizada no continente fronteiro à Ilha de Angoche, abrigou sobretudo trabalhadores descontentes com as novas relações de trabalho advindas da implementação do colonialismo português.

Nota-se nas três comunidades uma “cultura política” semelhante àquela dos quilombos brasileiros ou do *kilombo* imbagala da África Central, isto é, a incorporação social e proteção

70 MBWILIZA, op. cit.

71 LARA, op. cit., p. 151.

de indivíduos de diversas origens, *status* (escravizados, libertos ou livres), que exerciam diferentes funções e que poderiam não se enquadrar na estrutura do sistema colonial português nem nas sociedades linhageiras africanas.

Recebido: 22/02/2024

Aprovado: 06/08/2024